

PARAÍSO PERDIDO

*Maria Antonieta ANTONACCI**

Este artigo, que constitui basicamente a arguição à dissertação de mestrado da Profa. Maria do Rosário Peixoto intitulada “A classe operária – uma temporada no paraíso”, procura refletir sobre as opções dos historiadores no exercício de seu ofício e estabelecer relações entre estudos voltados para processo de trabalho e movimentos sociais, diversificando as dimensões de entendimento dos conflitos sociais assim como das suas formas de representação, que controlam seu acontecer histórico.

No estudo de Rosário, que tem por objeto a aliança entre o jornal “O Paíz”, a Confederação Sindicalista - Cooperativista Brasileira e o Partido Comunista Brasileiro, no Rio de Janeiro, em 1923/24, se impôs a questão de como tratar com sujeitos históricos que foram portadores de propostas divergentes sem focalizá-los sob o prisma da memória instituída ou de qualquer um dos grupos em conflito.

Com esta preocupação, procurando fugir à sedução de “colocar em suas bocas palavras que jamais proferiram” ou de atribuir responsabilidades, uma das precauções básicas da autora consistiu em se aproximar das colocações dos agentes sociais do passado considerando-as como reveladoras “do modo específico de representar o real”, assim como de formular “suas estratégias de intervenção nesse mesmo real”. Dentro deste procedimento, como profissional de história, estabeleceu um diálogo com sujeitos históricos cuja fala foi “congelada”, sem obrigá-los a um silêncio constrangedor”, uma vez que seus interlocutores foram apreendidos como experiências de classe em confronto, a partir da sua própria experiência cotidiana no presente.

* Professora do Departamento de História e do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP.

Não só nesta perspectiva este estudo é significativo e resulta reflexões sobre o fazer e o saber histórico. Trabalhando com análise de discurso, Rosário apontou que “resgatar as condições históricas de sua produção, passa por desvendar a natureza das relações sociais que concorre para construir”, além de influir na “constituição de certa memória”.

Através destes encaminhamentos, ampliaram-se as possibilidades para se pensar sobre como as formas de entender o Estado, a vida social, as classes, a classe operária em especial, as relações classe/partido, sindicato, cooperativas – manifestas por estas três entidades – foram não só expressões de lutas e tensões vivenciadas pelos agentes em questão, como também foram formas de construir estratégias de controle social, valores culturais, padrões comportamentais, estruturas mentais que construíram uma determinada memória histórica. Memória histórica onde está subjacente a fragilidade, passividade e desqualificação dos sujeitos históricos, que apelam e passam a precisar de alianças para se manter. Alianças onde são apagadas suas diferenças, varridos os registros de sua identidade, homogeneizadas suas lutas em nome da força e do poder atingidos na união – seja através de um Estado, partido, instituição, organização ou movimento.

Neste processo, esta pesquisa extrapolou o período 23/24, ou 33/38, atingindo o tempo da transição para a Nova República, com a aliança onde Tancredo Neves tramou a “teia do compromisso” que retirou de cena os protagonistas das “diretas já”, desmobilizados e relegados a espectadores que participam pelas mãos e falas de outros, que sabem, conhecem, traçam caminhos.

Assim, ao trabalhar com a aliança entre “O Pafz”, a CSCB e o PCB no Rio de Janeiro, em 23/24, Rosário dirigiu seu olhar para o tempo das alianças e nos fez ver as práticas sociais que elas contêm, as representações da realidade a partir destas práticas, assim como as estratégias que os diversos agentes sociais nelas envolvidas formularam para construir/referendar as realidades projetadas. E, em sua análise, vai ficando claro que estas estratégias consistem não só em orientações aos sujeitos da ação e direções ao movimento social, como engendram dimensões e procedimentos para produção do conhecimento, construção da memória, ordenação do tempo histórico comprometidos com relações sociais que atualizam a disciplinarização dos poderes e o exercício da dominação.

Imprimindo um tratamento temático ao seu estudo, uma vez que o caminho da pesquisa não foi o caminho da análise, Rosário enfrentou a historiografia positivista em seus pilares: a narração encadeada, a

periodização progressiva, o tempo unilinear/seqüencial oficialmente reconhecidos. E ainda rompeu com esta forma de saber e contar história abrindo outro eixo temático, o do sindicalismo-cooperativista, para desenvolver suas considerações sobre a chamada República Velha. Ao abordar este período histórico sem recorrer ao tradicional tempo marcado de 4 em 4 anos pela linha de sucessão presidencial e ao promover outros enfoques de análise, ultrapassando as explicações uniformes, foram apontadas possibilidades de leitura e de compreensão do social que questionam não só a ordem cristalizada na contagem homogênea do tempo, como a ordem padronizadora da ação e da reflexão históricas.

Tematizando as décadas iniciais do período republicano sob a ótica do cooperativismo, este estudo sugere recortes cronológicos que apontam para os conflitos em torno da legislação sindical que, em relação às cooperativas, se manifesta em:

- 1903/07 – quando a legislação sindical facultou aos sindicatos de trabalhadores rurais a criação de cooperativas;
- 1911/13 – quando a doutrina sindicalista - cooperativista de Sarandy Raposo foi publicada e incorporada ao Ministério da Agricultura do governo de Hermes da Fonseca;
- 1923/24 – quando foi criada a CSCB e avançou sua proposta de sindicalização;
- 1933/38 – quando os sindicalistas - cooperativistas assessoraram Juarez Távora no Ministério da Agricultura, entrando em luta com outros projetos de cooperação e organização do social, num contexto de confronto e realinhamento político que culminou em 1938, com seu banimento de cena e desaparecimento da memória.

Nesta visão da República Velha sob o foco do sindicalismo - cooperativista, além de ficar configurado um mapeamento do tempo histórico com base na atuação de outros agentes sociais, emergiram diversas faces e origens do projeto corporativo que se institui na sociedade brasileira nas décadas 20/30, o que permitiu a autora pensar as “opções tomadas pelo Estado não como expressão de projetos prontos e acabados, mas como resultado do embate entre as diferentes forças sociais em conflito”.

Frente a correntes historiográficas totalizantes, que ocupam-se do passado como herança consagrada e regulamentam o acontecer histórico a partir de esquemas explicativos alheios às injunções das lutas sociais e às vivências dos sujeitos históricos, Rosário considerou seus interlocutores em sua diversidade e complexidade, com suas atuações,

posições e projetos vindo à tona em meio às tensões, dissensões e confrontos de suas experiências de vida.

Há, pois, um tratamento dos trabalhadores em sua heterogeneidade e pluralidade, tanto nas suas formas de se manifestar, interagir com suas tradições e se relacionar com o conjunto do social, como de refletir suas experiências e projetar suas intervenções. Sindicalistas - cooperativistas, anarquistas, comunistas expressam suas relações sociais, suas propostas de sociedade futura e suas pressões na vida política do Rio de Janeiro a partir de suas lutas, tanto frente às formas de organizar a sociedade como frente a suas controvérsias na disputa pela orientação do movimento operário.

E, na concorrência pela direção do operariado, as estratégias e posições do PCB adquiriram nesta pesquisa sugestivas dimensões de análise, como quando torna presente que no conflito comunistas X anarquistas, os primeiros “procuram construir um tempo histórico no qual os anarquistas apareçam como passado, como o seu passado, a sua pré-história”; quando põe em evidência que Astrogildo Pereira, ao “anunciar” a fundação do PCB definiu como suas tarefas “formar num só corpo orgânico, sólido e homogêneo a vanguarda do proletariado nacional; organizar e orientar as grandes massas trabalhadoras do Brasil; (. . .) ser o intérprete fiel e o guia experimentado dos trabalhadores em suas lutas pela própria emancipação”; quando na articulação partido/massas situa uma “relação de tutela”, que também invade internamente o partido, regulamentando as formas de composição, atuação e contato entre suas diferentes instâncias e órgãos, conforme transparece nas teses do Congresso Internacional Comunista de Montevideo, em 1921, onde foi definido que “as relações orgânicas no interior do partido devem ser obtidas por meio da centralização democrática”; ou ainda quando, através de seu Comitê Central Executivo, ao emitir comunicado no 1º de maio de 1924, justificando o partido como “cérebro do operariado contra os assaltos da reação burguesa - policial”, colocouse no contexto da divisão entre os que sabem e os que fazem, disciplinando e controlando o movimento operário.

Estas colocações, mais as freqüentes expressões como hierarquia, disciplina, orgânico, controle, presentes no interior da construção e ordenação do discurso comunista, possibilitam pensar na racionalização do movimento operário por parte do PCB. Daí que podemos abrir um diálogo, a partir de então, entre nossas linhas e temas de pesquisa, encaminhando reflexões entre meus estudos acerca do processo de trabalho com base no tema da racionalização em São Paulo nas décadas 20/30/40 e seus estudos em torno de movimentos sociais

centrado na aliança “O País”/CSCB/PCB e no tema do sindicalismo - cooperativista.

Se o patronato enfrentava o saber - fazer operário, seu acesso aos modos de trabalhar, as indeterminações nas formas de dispor dos ritmos e tempos da força de trabalho que comprava; enfim, se o patronato fazia frente à ausência de mecanismos de previsão e controle da produtividade dos trabalhadores – entendendo que a produtividade se constitui/reconstitui cotidianamente no interior da luta social – , uniformizando, padronizando e racionalizando o processo de trabalho e a sociedade como um todo, o PCB atuava neste mesmo universo. Interferindo no sentido de unificar, homogeneizar e assumir a direção dos movimentos dos trabalhadores, pela depreciação de suas formas autônomas de expressão/organização, restrição de suas liberdades e espaços de mobilização, desvalorização política de suas perspectivas de resistência, hierarquização e burocratização de suas reivindicações, não poderíamos pensar que o PC contribuiu para referendar a organização científica do trabalho que tomava conta de todo sistema social neste período?

Ao ocupar-se de como a concepção de prática política do PCB invalidou, desqualificou e tornou sem sentido as demais proposições no interior do movimento operário, fazendo com que os trabalhadores canalizassem sua participação nos limites da esfera institucional e legitimassem sua representação no âmbito de um partido único, esta pesquisa proporcionou condições para se pensar que o PCB atendeu às exigências de enquadramento das práticas de lutas operárias nos parâmetros do jogo da política dominante. Caberia, então, participar de um debate já instaurado em torno do PCB como “vencedor entre os vencidos”, conforme considerações de Kazumi Munakata, retomadas e redimensionadas por Zélia Lopes da Silva em artigo da Revista Brasileira de História, ao chamar atenção para as formas de participação do governo, da burguesia, dos comunistas e anarco - sindicalistas nos confrontos e entendimentos que assinalaram, em São Paulo, a institucionalização das leis trabalhistas e a desestruturação do sindicalismo autônomo por volta de 1932, avaliado como marco que “define vencedores e vencidos”. A partir destas perspectivas, podemos provocar reflexões sobre as correspondências entre administração científica e socialismo científico no contexto de produção/reprodução do sistema fabril.

É em relação à questão do avanço do sistema fabril, com a organização científica do trabalho se impondo desde a 1ª Guerra Mundial, que proponho ampliarmos a argumentação desenvolvida no último capítulo, em torno do conflito entre o sindicalismo - cooperativista e o cooperativismo “puro”, no interior do Ministério da Agricultura na

década de 1930, com o projeto corporativista que vinha sendo constituído no Ministério do Trabalho nesta mesma época.

Como foi apontado, a estratégia da Lei de Sindicalização de 1931 de atrelar ao Ministério do Trabalho os sindicatos, enquanto outra lei de 1932 regulamentava o funcionamento e a criação de cooperativas vinculando-as ao Ministério da Agricultura, quebrou os elos que articulavam as cooperativas aos sindicatos e desencadeou um conflituoso processo, onde os sindicalistas - cooperativistas foram perdendo forças, até desaparecerem em 1938 da cena política e da memória histórica. Em 1933/34, com Juarez Távora no Ministério da Agricultura, Sarandy Raposo - líder da CSCB - ainda conseguiu algum espaço, sendo criados sindicatos paralelos aos do Ministério do Trabalho. Mas a polêmica e os choques com os cooperativistas "puros", que a partir da Secretaria de Agricultura de São Paulo advogavam uma organização espontânea de cooperativas de proprietários rurais - como as do Rio Grande do Sul e São Paulo, "livres" de ingerências do Estado ou de partidos e sindicatos - , derrotaram e apagaram os postulados e as experiências do sindicalismo - cooperativistas.

Com base neste conflito entre projetos cooperativista, foi levantado que "a presença ou não da classe operária como beneficiária e agente da atividade cooperativista e, conseqüentemente a prioridade às cooperativas de consumo ou de produção, parecia ser o 'xis' do problema". Dentro desta problemática pouco desenvolvida, o que trago para discussão no propósito de multiplicar abordagens para compreensão dos movimentos sociais é que, avançando nesta direção, pensemos o sindicalismo - cooperativista como um projeto de reorganização do trabalho e da sociedade como um todo, que enfrentou a forma de organização do trabalho do chamado sistema fabril, ao propor:

- a solidariedade dos elementos da produção através do consumo, com o desaparecimento do capital e da força de trabalho para surgirem forças de consumo;
- formas de controle operário na produção, distribuição e consumo, através de quotas;
- e por deixarem claro que o sindicalismo - cooperativista não se ocuparia tão somente de questões ligadas ao trabalho enquanto atividade econômica, mas da saúde, instrução, alimentação, habitação e até do lazer, como vai ficando explícito nas suas colocações.

Esta perspectiva de leitura da luta dos sindicalistas - cooperativistas desde os primórdios da República, diversifica nossos encontros e diálogos com os sujeitos das conflituosas décadas de 1920/30, assim como expande nossas dimensões de entendimento das questões em

torno da construção controlada da memória, uma vez que estes sujeitos sociais foram banidos da história e relegados ao esquecimento.

Finalmente, poderíamos explorar as tensões embutidas nas várias significações possíveis do termo paraíso – recurso chave que Rosário utilizou no título e no conjunto da pesquisa – e que, por ficar em aberto e transitar em alguns registros, instiga considerações.

Se no título – “A classe operária: uma temporada no paraíso” ficou sugerida uma passagem do operariado carioca por um tempo idílico, no decorrer do texto a proliferação de embates e divergências contidos nesta imagem estimula a percepção das tensões e sinuosidades dos movimentos sociais. No interior do trabalho, a figuração do paraíso aparece pela primeira vez na fala de um articulista do jornal “A Voz do Trabalhador”, de 1/5/13, que associou cooperativas a “xarope”, calmante para os trabalhadores deixarem de sofrer, “embarcando mais depressa para o paraíso”, ou seja, a morte. Mais adiante, já no contexto de 1923, examinando os editoriais de “O Paíz”, onde os sindicalistas-cooperativistas têm espaço garantido, Rosário apontou que a CSCB, diante do Estado omissivo, do poder legislativo desinteressado e dos políticos corruptos, ofereceu aos operários, como saída, “o paraíso: a coletivização dos meios de produção, gradativamente, sem choques, sem comoção.” Não mais como engodo, mas como salvação, o paraíso do cooperativismo assumiu na pesquisa o sentido de 3º via, alternativa ao socialismo e ao capitalismo.

Esta dimensão de salvação em outra vida no futuro, permaneceu enquanto a CSCB procurou entender-se diretamente com anarquistas e comunistas, pois “ao final de tudo, no paraíso se confraternizarão todos”. Entretanto, com o acirramento dos conflitos no Rio de Janeiro e com a CSCB procurando mostrar suas vantagens diante dos seus concorrentes, uma vez que poderia substituir os processos revolucionários, “O Paíz” – interessado em resguardar a ordem vigente – abriu suas páginas para noticiar assembleias de prestação de contas de cooperativas, alardeando que “o sindicalismo - cooperativista dá frutos que podem ser colhidos já, no presente, sem que seja necessário esperar pelo paraíso futuro”. No transcorrer do texto, o paraíso chegou mais perto, pelas mãos da CSCB e de “O Paíz” desceu à terra e passou a pertencer ao tempo presente, para fortalecer posições reformistas nas disputas no movimento operário.

Conforme a pesquisa deixa ver, nos confrontos cotidianos, a estratégia da CSCB para convencer os operários a abraçarem seu projeto adquiriu dimensões a curto prazo, onde “ela faz coro com os operários na luta de suas reivindicações imediatas” e a longo prazo, onde “no

plano utópico, ela descortina para a classe a visão do paraíso pela coletivização dos meios de produção”. Assim, a imagem do paraíso – como signifiante das cooperativas sindicais – sofreu deslocamentos da morte para vida, do futuro para o presente e, como “visão de paraíso”, operou como projeção de reordenamento da sociedade. Interessa reter que, nas tentativas de conduzir os trabalhadores pelo caminho traçado pela CSCB e absorvido por “O Pafz”, as propostas do sindicalismo - cooperativista passaram a ser apresentadas ora como “passaporte para o paraíso terrestre”, ora como “visão de paraíso”, enquanto outros encaminhamentos e visões de paraíso foram sendo desqualificados, num movimento que se repetia por parte dos representantes destas outras tendências. Processo de destruição mútua, que consumia suas forças e reproduzia o exercício da dominação, reconstituída com sobrevivências de práticas e postulados destes atores retirados de cena, que “vão desde o atrelamento do sindicato ao Estado até a crença generalizada de que a classe só consegue andar pelas mãos de sua vanguarda”.

“Onde era mesmo o paraíso?”, pergunta que inicia o último capítulo e nos leva a refletir em torno desta associação de idéias que a pesquisa proporcionou. Na medida em que as diferentes correntes que lutaram pela melhoria das condições de vida e de trabalho da classe operária só vislumbraram, aceitaram e respeitaram seus pontos de vista, caminhos e visões de paraíso, não atingindo formas de convivência uma vez que pretenderam a unificação e direção dos movimentos de resistência e reivindicação, se colocaram no âmbito dos princípios e práticas das forças dominantes. A perda da pluralidade e da autonomia dos trabalhadores na construção de seus caminhos e visões de paraíso, pela uniformização, padronização e gestão de suas formas de luta, enfim a racionalização dos movimentos sociais e do paraíso, significa sempre a perda do paraíso em si mesmo.

Assim, quando a configuração do paraíso é trabalhada pela última vez no texto, para indicar que “os sindicalistas - cooperativistas desapareceram e com eles o sonho de levar a classe operária ao paraíso”, não se pode perder de vista que a aliança entre “O Pafz”, a CSCB e o PCB – como foi indicado – teve a intenção de enfrentar e cortar o caminho dos anarquistas. Cada posição que busca unidade, define um paraíso desconsiderando a autonomia e a pluralidade do movimento dos trabalhadores, acaba por traçar passos e caminhos, o que significa que os sujeitos perdem sua capacidade de ação para serem conduzidos a infernos sob o disfarce de paraíso.